

A “MODERNIZAÇÃO” E OS CONTINGENTES IMIGRATÓRIOS EM SANTA CATARINA.

WALTER F. PIAZZA
do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

INTRODUÇÃO.

O que se vai ler é uma tentativa de colocar os dados disponíveis dentro de um “modelo” de “modernização”.

As colocações dos vários dados não completam, sistematicamente, o quadro que se pretendia preenchido. Tal fato é devido à falta de novas e importantes pesquisas.

Infelizmente não se pode equacionar, convenientemente, o tema, dada a precariedade das informações obtidas e, aqui, compendiadas.

Caracteriza-se, pois, com este estudo preliminar, a necessidade de um planejamento conveniente de pesquisa, a ser efetuada, para a verificação dos fatores positivos e negativos da “modernização” face à imigração para o Estado de Santa Catarina.

*

1. — CONCEITO DE “MODERNIZAÇÃO”.

Para estabelecer um conceito de “modernização” tem se que levantar uma premissa: a “modernização” é o processo de transformação do antigo, antiquado, tradicional ou arcaico.

Portanto,

“nessa abordagem, os traços gerais das sociedades tradicionais são apresentados como tipo ideal, em contraste com os

caracteres, também considerados típicos, das sociedades modernas” (1).

E, para tanto, pode-se aceitar o esquema de tipos ideais contrapostos, entre a sociedade tradicional e a sociedade industrial (2):

setores	sociedade tradicional	sociedade industrial
Princípios básicos da estrutura social	ação prescritiva instituição da tradição instituições indiferenciadas	ação eletiva instituição da mudança especialização crescente das instituições
Tipo de relações sociais características	atribuição particularismo carater difuso carater efetivo	desempenho universalismo especificidade neutralidade efetiva

Ora, partindo destes pontos básicos tem-se a diferenciação fundamental das duas sociedades.

Assim sendo,

“por definição, modernizar significa alterar o não moderno, o antigo, retirando-lhe inclusive, as bases de apóio e de valorização” (3), e, como tal, “modernização”, “como um processo histórico, tem correspondência empírica, não passando os outros dois (“tradição” e “modernidade”), de elementos de um quadro de referência construído para permitir uma perspectiva para a análise do processo” (4).

Mas, as pré-condições de industrialização são visualizadas, no Velho Mundo, de modo diferente do Novo Mundo:

“Em termos de desenvolvimento setorial, a marcha para a maturidade vê o processo industrial diferenciado, com novos

(1). — FRANCO (Maria Sylvia de Carvalho), Sobre o conceito de tradição. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5:9 40 jun. 1972. p. 9.

(2). — FRANCO, p. 38, *cit.* G. GERMANI.

(3). — MEDINA (Carlos Alberto), Modernização e a marginalização das populações. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5:85-91. jun. 1972. p. 85.

(4). — MACHADO (Brasil Pinheiro), Modernização; uma abordagem histórica. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5:93-95. jun. 1972. p. 94.

setores líderes reunindo impulsão para ultrapassar os do arranco, cuja desaceleração tem retardado cada vez mais o ritmo de expansão. Depois dos arrancos ferroviários do terceiro quartel do século XIX — com o carvão, o ferro, e a engenharia pesada no centro do processo desenvolvimentista — são o aço, os modernos navios, os produtos químicos, a eletricidade e os produtos da atual máquina ferramenta que passam a dominar a economia e a sustentar a taxa global de desenvolvimento” (5).

No Novo Mundo, face aos espaços vazios tem-se criado um conceito de “modernização” face às migrações. A

“frente pioneira” “em outros termos, as relações sociais que definem a sociedade na zona pioneira não constituem resultado do aparecimento da zona pioneira, mas são as relações sociais necessárias à sua implantação” (6) —

— é, pois, a substituição do antigo pelo moderno (7).

Ora, o que se sente é a transformação de todas as atividades humanas. Há, portanto, transformações intelectuais, políticas, econômicas, sociais e psicológicas, e, a partir de cada um desses campos, nos seus aspectos particulares (8), que se processa em quatro fases: o desafio da modernidade, a consolidação da liderança modernista, a transformação econômica e social, e a integração da sociedade (9).

Desta forma, já pela ocupação de áreas novas, já, em outras áreas, a simples superposição de elementos influenciados pelas últimas conquistas da técnica, a imigração européia no século XIX foi um fator de “modernização”, ainda não devidamente dimensionado, no quadro territorial catarinense, como se tentará demonstrar mais adiante.

*

2. — ÉPOCAS DE “MODERNIZAÇÃO”.

Para a colocação, no quadro brasileiro, dos imigrantes que vem dar novas características ao Brasil-Meridional é preciso enfatizar algumas idéias sobre as pré-condições européias.

(5). — ROSTOW (Walt W.), *Etapas do desenvolvimento econômico*, um manifesto não-comunista. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. p. 75.

(6). — MARTINS (José de Souza), *Frente pioneira; contribuição para uma caracterização sociológica*. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5:102-112. jun. 1972. p. 104.

(7). — MARTINS, p. 102-112.

(8). — BLACK (C. E.), *Dinâmica da modernização*. Rio de Janeiro, APEC, 1971. p. 68.

(9). — BLACK, p. 73.

Dí-lo ROSTOW:

“As pré-condições para o arranco se desenvolveu, pela primeira vez, de forma bem acentuada, na Europa ocidental do fim do século XVII e início do XVIII, à medida que as concepções da ciência moderna principiaram a se converter em novas funções de produção, tanto da agricultura, quanto da indústria, num ambiente dinamizado pela expansão paralela dos mercados mundiais e pela concorrência internacional por estes” (10).

E o mesmo ROSTOW completa o quadro:

“O período das pré-condições é a época na vida de uma sociedade em que a estrutura tradicional é solapada, gradualmente, conquanto persistam algumas das suas dimensões importantes” (11).

Assim, para vários autores que analisam o período das pré-condições tem-se como época do “arranco” na Grã-Bretanha a partir de 1815 (12); na França, de 1815 em diante (13); na Alemanha, e na Europa do norte, após 1840 (14); e enquanto que na Itália, da-se depois de 1861 (15).

Ou, então, aceitar-se-á como consolidação da liderança modernista para o Reino-Unido o período 1649-1832, para a França 1789-1848, para a Bélgica 1795-1848, para a Alemanha 1803-1871, para a Itália 1805-1871 (16) e para a Polônia 1865-1918, a fim de ter-se a referência necessária ao nosso quadro.

Tais elementos são básicos para a colocação dos nossos dados — tendo em vista as imigrações — e a sua análise conjuntural.

Com esta perspectiva européia deve-se considerar que, no Brasil, o dinamismo da “modernização” é fruto de atitudes internas, quer do poder público, quer de indivíduos ou entidades, como, também, de influências externas, advindas pela aquisição de novos padrões, pela

(10). — ROSTOW, p. 16.

(11). — ROSTOW, p. 87.

(12). — ROSTOW, p. 76.

(13). — DAUMARD (A.), *L'évolution des structures sociales en France à l'époque de l'industrialisation (1815-1914)*. *Revue historique*. Paris, Conseil Nationale des Recherches Scientifiques e 6e. Section de l'École des Hautes Études, 502:325-346. avr/ juin 1972.

(14). — HAUSSER (Henri) et alii, *Du Liberalisme à l'impérialisme (1860-1878)* Paris, Presses Universitaires de France, 1952. p. 60 e ss.

(15). — DALMASSO (Etienne), *La population*. In: *Tradition et changement en Toscane*. Paris, A. Colin, 1970. p. 12.

(16). — BLACK, p. 94-95.

ção direta de imigrantes, ou, indiretamente, num processo de emulação ou de empréstimos culturais.

*

3. — OS CONTINGENTES IMIGRATÓRIOS E A SUA ESPECIALIZAÇÃO.

O Brasil é o país da tranquilidade, da fartura, da riqueza, para amplas camadas da população européia e, assim, se cria uma mentalidade de “fazer à América”, não só nos países mediterrâneos, mas, também na Alemanha e outros países centrais e nórdicos da Europa (17). E, conseqüentemente, o imigrante traz consigo a “ideologia do progresso” (18).

Daí porque, após a Independência, com novas perspectivas, vai se desenrolar uma atividade imigratória bastante diversificada.

Pois desde 1808, um decreto permitia a imigração de não portugueses e até a concessão de terras a católicos estrangeiros; agora um decreto com a data de 16 de março de 1820, dirigindo-se expressamente aos “diversos povos da Alemanha e de outros Estados” constituía o fundamento jurídico para a formação de colônias com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas (19).

E, a partir daí tem início importante capítulo do desenvolvimento do Brasil-meridional.

A primeira colônia fundada em território catarinense foi a de “*São Pedro de Alcântara*”, em 1829, por determinação do Governo Imperial, situada no vale do Maroim, nas imediações (50 km) da capital da então Província, inicialmente com 635 pessoas, às quais no primeiro ano se somaram 59 outras. Desse total — todos de origem germânica — 162 eram ex-soldados dos batalhões de mercenários alemães, dissolvidos no Rio de Janeiro (20). Entre eles são apontados,

(17). — CAMPOS (Pedro Moacyr), *Imagens do Brasil no velho mundo*. In: HOLANDA (Sérgio Buarque de), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970. 2 (1): 40-63.

(18). — MARZANO (Pe. Luigi), *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*. Firenze, Tipografia Barbera, 1904. p. 150 e ss.

(19). — OBERACKER Jor (Carlos H.), *A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola*. In: HOLANDA (Sérgio Buarque de), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. 2 (3): 220-244. p. 222.

(20). — PIAZZA (Walter F.), *Atlas histórico de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis, Plano Nacional de Educação, 1971. 65 p.

alem de lavradores, sapateiros, ferreiros, marceneiros, carpinteiros, tanoeiro e padeiro (21).

Não se tem, infelizmente, dados mais completos sobre a aplicabilidade dos seus conhecimentos técnicos, da sua origem — se rural ou urbana — ou se a fixação na área rural lhes deu, por si só, em razão das técnicas agrícolas aplicadas ou dos produtos que produziram a um considerável desenvolvimento econômico-social. Se houve tal desenvolvimento é de poucos indivíduos.

Pouco depois, 1830, nas imediações da mesma colônia, nas nascentes do rio Biguaçu, se localizam novos colonos alemães e entre eles encontramos carnicero, ferreiro, marceneiro, sapateiro, alfaiate e tanoeiro (22).

Da mesma forma que, na situação anterior, pergunta-se se houve “modernização” na agricultura. As condições da mata tropical atlântica, com um relevo bastante abrupto nos indicam que esses imigrantes não conseguiram vencer na agricultura, mas, tão somente, sobreviver da agricultura.

Depois daquele primeiro empreendimento com imigrantes alemães, tem-se, em 1836, uma “primeira página da colonização italiana em Santa Catarina”, onde se inscreve a fundação da colônia “Nova Itália”, nas margens do rio Tijucas-grande, em empreendimento particular de Demaria & Schutel, organizada no Desterro (hoje Florianópolis), e que, naquela sua concessão instalou 186 colonos italianos, originários da Sardenha, aos quais se juntaram 16 colonos nacionais, mas à falta de estímulos, devido à cheia do rio Tijucas-grande, ao ataque dos “bugres” à colônia, de modo que pouco se desenvolvia e, assim, permaneceu, e os esforços do seu administrador Luc Montandon Boiteux fez erigir serraria de forma que “ia em progresso, encaminhando para a capital muito taboado”, mas, com a morte do mesmo, em 1844, decaindo de tal maneira que, em 1848, foi incorporada à colônia “*Príncipe Dom Afonso*”, que não subsistiu, incluindo-se, então, seus habitantes na grande comunidade nacional (23).

Outra etapa, bastante diferente é a da “Colônia Industrial do Saí”, fundada na península do Saí, no litoral norte de Santa Catarina, dentro da filosofia socialista de Charles Fourier (1772-1837), sob a orientação do médico Dr. J. Benoit Mure, e se sabe que, para integra-la e

(21). — MATTOS (Jacinto A. de), *Colonização do Estado de Santa Catarina; dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis. Tip. “O Dia”, 1917. p. 199-222.

(22). — MATTOS, p. 222-225.

(23). — BOITEUX (Lucas Alexandre), *A primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Departamento de Estatística e Publicidade, 1939. 65p.

“onde tenciona construir máquinas a vapor, fazer siderurgia, mecanizar a agricultura e resolver o problema dos transportes, com a fabricação de navios de cabotagem”,

instalou-a, inicialmente, com 100 colonos — artesãos vindos do Havre pelo navio “Caroline”, em janeiro de 1842, e depois mais 117 pelos brigues “Virgine” e “St. Paul” (24).

Eram todos artesãos e dispersaram-se dadas as condições de sobrevivência na colônia, e o caso era tão grave que o agente consular francês no Rio de Janeiro solicitava ao seu governo, a 24 de maio de 1844, que impedisse o embarque de 1.000 “societários” que se apresentavam para embarcar com destino ao Saí (25).

Sabe-se, entretanto, que alguns desses artesãos contribuíram para a “modernização” de Santa Catarina, pois, foram construir uma serra-ria para o Cel. Francisco de Oliveira Camacho, nas margens do rio Itapocú, além de outros trabalhos (26).

Parece, pois, inquestionável que, destes artesãos, socialistas e “falansterianos” se deva estudar até que ponto nos “modernizaram”, através de uma pesquisa mais acurada.

Em 1845, Charles Van Lede após uma viagem ao Brasil estruturou uma “*Sociedade belgo-brasileira de colonização*”, que, naquele ano, cerca de três léguas acima da foz do rio Itajaí-açú, localizou os primeiros 90 belgas, seguindo-se-lhes mais 60, mas, dadas as condições de fixação, desavença com os diretores, reinou a desordem e a decadência, principalmente pela ausência do seu idealizador (27), e, aos poucos foram aqueles e outros belgas que se lhes seguiram integrando-se na comunidade catarinense e participando seu processo “modernizador”.

Dois anos depois, em 1847, o Governo Imperial Brasileiro dá início à Colônia “*Piedade*”, localizando onde fora uma “*armação-de-baleias*”, no litoral fronteiro ao norte da Ilha de Santa Catarina, 150 colonos de origem germânica, que chegaram em janeiro e março daquele ano, pelo patacho “Afonso Primeiro” e pela corveta “Bertioga”, respectivamente, onde se notam nomes que, ainda hoje permanecem no

(24). — PIAZZA (Walter F.), *Fourierismo em Santa Catarina, Blumenau em cadernos*, Blumenau, 13 (4): 63-66. abr. 1972.

(25). — BOITEUX (Henrique), O Falanstério do Saí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 12:47-90, 1º sem. 1944. p. 89.

(26). — PIAZZA, *Fourierismo em Santa Catarina*, p. 66.

(27). — VAN LEDE (Charles), *De la colonisation au Brésil*. Bruxelas, lib. Polytechnique, 1845. p. 348-381.

contexto social catarinense, mas, que devido à aridez do solo de beira-mar e à falta de melhores terras de agricultura se dispersaram, de modo que, de ano para ano, diminuía o número de seus habitantes (28).

No mesmo ano de 1847, no caminho do litoral para o planalto (estrada Desterro-Lages), instala-se, em julho, nas margens do rio dos Bugres, a colônia *Santa Isabel*, sendo ali localizados 256 imigrantes de origem germânica, dos quais só permaneceram 164, até 1860, sem diretor e à própria sorte, quando se lhes acrescentaram mais 127 pessoas, na maioria não católicos, encontrando-se entre os habitantes carpinteiros, marceneiros, alfaiates, sapateiros e ferreiros, e engenhos de farinha — inclusive um movido à água —, olarias para telhas e tijolos e moinhos de milho. Mas, devido à topografia bastante acidentada a agricultura pouco ou nada apresentava de rendimento, e ao emancipar-se, em 1869, quando se notavam entre outras plantações, as de trigo, cevada, centeio e linho, e quando as exportações ultrapassavam as importações locais (29).

Em ordem de importância segue-se-lhe, em 1850, a fundação de uma colônia pelo dr. Hermann Bruno Otto Blumenau, natural do Ducado de Brunsvique, que dedicou-se a problemas de imigração e colonização, notadamente a alemã, para a América e esteve em contacto com a “Sociedade de Proteção aos imigrantes alemães no sul do Brasil”, que o nomeou procurador e o encarregou de estudar as condições de vida dos colonos já radicados e a possibilidade de instalação de novas colônias de alemães no Brasil meridional (30).

Em função disto embarcou para o Brasil, em 1846, dirigindo-se ao Rio Grande do Sul, daí a Santa Catarina e ao Rio de Janeiro, onde teve contactos com autoridades governamentais e em abril de 1847 retornou a Santa Catarina e daí ao Rio Grande do Sul; sempre analisando os núcleos de colonização alemã nesta parte meridional, até que, em 1848 se associou a Fernando Hackradt e empreenderam, juntos, a primeira exploração do Itajaí-açú, a montante dos últimos habitantes. Daí, portanto, a escolha do local da sede da futura colônia: *colônia Blumenau* (31).

No rol dos primeiros 17 imigrantes, chegados a 3 de setembro de 1850, e que se instalaram em Blumenau, vamos encontrar só dois lavra-

(28). — MATTOS, p. 63-64.

(29). — MATTOS, p. 105-111.

(30). — SILVA (José Ferreira), *História de Blumenau*. Florianópolis, EDEME 1972. 381 p.

(31). — SILVA, *História de Blumenau*, p. 31-37 e JAMUNDÁ (Theobaldo Costa), *Um alemão brasileiroíssimo, o dr. Blumenau*. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1966, 115 p.

dores, os outros são agrimensor, carpinteiro, marceneiro, charuteiro, funileiro e ferreiros (32).

E, assim, sucessivamente, os grupos imigratórios alemães que se dirigem à novel colônia são predominantemente urbanos e se instalam em pequenas propriedades rurais, que se tornam de agricultura de subsistência e vão, pouco a pouco, intensificar um maior relacionamento não só com a sede da colônia ou de núcleos que vão se formando, na sua periferia, como se dirigem aos centros de maior importância ou, pelo menos, de melhor comércio como o foi, na época, o porto de Itajaí. Data daí, logo após a fundação da colônia Blumenau, um processo econômico, ainda não devidamente medido, mas digno de ser salientado.

Em 1852, a população da colônia era de 134 almas e nesse número contava-se médico, jardineiro, professor, veterinário, ferreiro, armeiro, torneiro, alfaiates, sapateiros, pedreiro-escultor, cavouqueiro, marceneiros, construtor de engenho, carpinteiros, lavradores (33).

E, como decorrência de cada novo afluxo populacional, cresciam as atividades econômicas e, assim, em fins de 1859, existiam na colônia: 34 engenhos de açúcar, 24 engenhos de farinha de mandioca, 2 moinhos de fubá, 3 olarias, 1 cerâmica de louça de barro, 1 cervejaria, 2 serrarias, 1 fábrica de vinagre, 1 fábrica de charutos, 2 selarias, 6 marcenarias, 2 ferrarias, 6 carpintarias, além de alfaiatarias, sapatarias, padaria, latoaria e açougue (34).

Assim se vê, desde os primeiros dias da colônia registra-se a localização de artesãos, com o aparecimento de pequenas indústrias, basicamente de aproveitamento e transformação de recursos naturais e produtos agrícolas, de forma que, em 1863, são

“55 engenhos de açúcar e aguardente, 52 de farinha, 3 fábricas de cerveja, 2 de vinagre, 6 manufaturas de charuto, e 4 pequenas serrarias” (35).

Dessas fábricas de cerveja, a primeira foi instalada por Heinrich Hosang, em 1860,

(32). — SILVA, *História de Blumenau*, p. 40-41.

(33). — SILVA (José Ferreira da), *História de Blumenau*. In: *Album do Centenário de Blumenau*, Blumenau 1950. p. 14.

(34). — *Ibid.*, p. 16.

(35). — HERING (Ingo.), *Indústrias; desenvolvimento da indústria blumenauense*. In: *Album do Centenário de Blumenau*, Blumenau, 1950. p. 161.

“com a experiência do ramo que era possuidor” (36).

Em 1863 essa incipiente indústria extravasava os limites de sua área territorial. Nesse ano tem-se os primeiros dados concretos de sua exportação, do Relatório do próprio fundador da Colônia:

“A exportação, bastante considerável nos anos anteriores em açúcar, aguardente e alguns outros produtos, no presente ano foi diminuta, ainda em consequência dos tristes fenômenos naturais (enchentes) do ano próximo passado, e restringiu-se a madeiras serradas, charutos, pouco açúcar, aguardente, vinagre, farinha de milho e outros produtos miudos, tudo no valor de 12 a 14 contos de réis” (37).

Nos anos posteriores aumentam as exportações de fumo e charutos, além de madeiras serradas, sendo que, em valor, no ano de 1866, a ordem é a que se segue: tábuas, açúcar, aguardente, charutos e galinhas, usando o rio Itajaí-açú como via de escoamento.

Nos anos subsequentes registra-se equilíbrio entre a exportação e a importação, que consiste em sal, ferro, tecidos, couros curtidos, feragens, carne seca e sabão (38).

Crescem os índices de industrialização e com estes os de exportação.

Dessa forma, em 1879, a colônia de Blumenau possuía 12 olarias, 4 engenhos para beneficiar arroz, 4 cervejarias, 35 engenhos de serrar madeiras, 19 moinhos para milho e outros grãos, 88 engenhos de açúcar, 73 alambiques, 78 engenhos de mandioca, e, neste ano, na exportação estão incluídos novos produtos como araruta, feijão, banha, manteiga, carnes, cera, couros e peles, cervejas e licores (39).

E, vão as indústrias crescendo e se diversificando. Mas, era necessário solucionar o problema da navegação fluvial que entravava o desenvolvimento econômico da colônia. Malgrado o projeto de Fernando Ebert, de ligação da colônia ao seu escoadouro natural, o porto de Itajaí, constituiu-se, em 1874, na capital da Província, a Companhia Catarinense de Navegação, cujo navio a vapor “São Lourenço”, regularmente fazia a linha Desterro-Gaspar e não atingia Blumenau —

(36). — SILVA (José Ferreira da), Cervejarias de Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, 3 (9): 161-170. set. 1960. p. 162.

(37). — JENSEN (Guilherme et alii), Exportação e importação. In: *Album do Centenário de Blumenau*. Blumenau, 1950. p. 211.

(38). — JENSEN et alii, p. 213

(39). — JENSEN et alii, p. 215.

alem dez quilometros — porquanto as condições de calado não o permitiam (40).

O problema se agravava, pois havia necessidade de transporte de passageiros e cargas destinados ou oriundos de Blumenau, de e para pequenas embarcações ou, então, carroças.

Tal se soluciona, em 1877, com a organização por Guilherme Asseburg, de Itajaí, da primeira empresa regular de transporte fluvial no vale do Itajaí, com duas viagens mensais de suas lanchas a vapor (41).

E, daí em diante não mais cessou tal forma de escoamento da produção agrícola e industrial de Blumenau.

Poder-se-ia, ainda, neste quadro referenciar outros problemas, de desenvolvimento econômico-social.

No ano seguinte à fundação da colônia Blumenau, isto é, em 1851, tem início a *colônia Dona Francisca*, constituída em terras dotais da Princesa Dona Francisca e do Príncipe de Joinville, face a contrato deste com a “Sociedade Colonizadora de Hamburgo”. Da relação dos primeiros colonos entrados, naquele ano, entre suecos, prussianos, suecos, noruegueses, e de outras partes da Europa central e do norte, encontram-se, mestre-escola, mecânico, alfaiates, boticário, jardineiro, tecelões, sapateiro, médico, mestre de navio, marceneiros, carpinteiros, ourives, ferreiro, caldeireiro, tintureiro, pedreiro, e até naturalistas! (42).

Esses dados, infelizmente, não sofreram uma análise mais acurada, e não têm sido efetuados estudos complementares que possam indicar a atitude “modernizadora” desses grupos ou de outros que, naquela área, a eles se uniram, apesar de alguns estudos introdutórios (43).

O processo imigratório continua. Acrescem-se novos contingentes, especialmente da Alemanha, Europa central e do norte. Há, pois, necessidade de serem mensurados, para estabelecer-se não só a dinâmica do crescimento demográfico, mas, também, as suas origens, a sua profissionalização.

(40). — PIAZZA (Walter F.), Aspectos históricos. In: *Estudo preliminar da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí*. Florianópolis, ETAPA, v. 1, 1970. p. 6.

(41). — JENSEN et alii, p. 215.

(42). — MATTOS, p. 231-241.

(43). — SCHNEIDER (Adolfo Bernardo), A história da fundação de Joinville. *Boletim Stein*, Joinville, separata, 1965. 26p.

FICKER (Carlos), *História de Joinville*. Joinville, Impressora Ipiranga, 1965. 447p.

Esta evolução da população imigrante faz com que, não só o governo imperial brasileiro, mas, também, o governo da Província e os empresários de colonização se sucedam em atividades de abertura de novos núcleos coloniais, de novas “frentes pioneiras”, com novas perspectivas à “modernização”.

Assim é que, em 1860, tem-se um novo quadro e bastante interessante. De um lado o governo provincial funda a Colônia *Itajaí*, que se transforma por consenso geral em colônia *Brusque*, que recebe uma orientação típica de centro de imigração estrangeira, enquanto que, de outra parte, o mesmo governo provincial estabelece a *Colônia Nacional Angelina*. Daquela se tem um estudo de sua evolução histórica (44), enquanto que desta tem-se, somente, algumas notas esparsas (45).

A colônia Brusque, instalada a 4 de agosto de 1860, com 55 colonos de origem germânica e, dias depois, a eles se somam 139 colonos. E, assim, paulatinamente, vai crescendo, de tal forma que em 1863, contava com 3 ferreiros, 2 padeiros, 5 sapateiros, 8 alfaiates, 3 moleiros, 2 marceneiros, 2 carpinteiros de obras comuns, e 2 de carros, 2 serralheiros, 2 charuteiros, 1 jardineiro, 1 carnicheiro e 2 pedreiros, e como estabelecimentos fabris possuía 3 engenhos movidos à água para preparar fubá de milho ou de arroz, 2 engenhocas de mão para fubá, 4 engenhos de cana movidos por bois, 2 empregando o mesmo motor para fabricação de farinha de mandioca e 8 do mesmo mister, movidos à mão (46).

Por outro lado, “já alguns artífices pediam lotes na sede para poderem exercer sua profissão” e na colônia existiam duas fábricas de vinagre, duas de limonada, duas de charutos e uma de licores (47).

Mas, o grande fluxo migratório vai se processar, não só para a colônia Brusque, mas, também para a colônia Blumenau e abrindo uma nova área no sul da Província de Santa Catarina, com a instalação das colônias *Azambuja* e *Urussanga*, em função do contrato cele-

(44). — CABRAL (Oswaldo R.), *Brusque; subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*. Sociedade Amigos de Brusque, 1958. 327p.

(45). — BOITEUX (José Artur), *Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Rio de Janeiro. Florianópolis, Azevedo Irmãos. Imprensa Oficial do Estado, 1915. — 1940. 3v.

MATTOS, p. 80-85.

E, agora tem-se:

PIAZZA, (Walter F.), *Angelina; um caso de colonização nacional*. Florianópolis, mimeografado, tese de livre-docência apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. 1973. 279p.

(46). — MATTOS, p. 87.

(47). — CABRAL, p. 262 e 273.

brado entre o Governo Imperial e o comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior, aprovado pelo Decreto nº 5.653, de 17 de junho de 1874, pelo qual aquele empresário se compromete a introduzir no Brasil-meridional, exceto Rio Grande do Sul, em dez anos, 100.000 imigrantes europeus (48).

Ora, a grande maioria desses imigrantes vai se localizar em torno das sedes coloniais já ocupadas por germânicos, vai ocupar novos vales inexplorados e vai instalar-se com técnicas agrícolas e novos tipos de cultivos, intensivos ou extensivos: são de origem italiana (49).

Eles ocuparam o Itajaí-açú, vinte quilômetros à montante de Blumenau e os vales dos rios Benedito e dos Cedros, e seus tributários (50), ocupam o Itajaí-mirim à montante da sede da colônia de Brusque, ocupam os seus afluentes, transpõem o divisor de águas entre o Itajaí-mirim e o Tijucas e ocupam o rio do Braço e seus afluentes em demanda às suas nascentes mais altas (51).

Da mesma forma vão para o sul catarinense e se localizam à margem do Tubarão e vão ocupando os seus tributários como o Braço do Norte, e, também, do Urussanga e deste transpõem para o Mãe Luzia (Criciúma e Nova Veneza) e o Araranguá (52).

A estes grupos preponderantemente agrícolas se juntam outros, que, também, trazem sua contribuição à “modernização” agrícola, no tocante à introdução de cultivos de clima frio, como a cevada, a aveia, o linho e o trigo: são os poloneses, que, a partir de 1882, ainda em função do já citado contrato “Caetano Pinto” vão se fixando em vários pontos do território catarinense, procurando, predominantemente, determinadas altitudes (53).

E, desta forma, se tem um esboço de alguns pontos do que se pode chamar de contribuição à “modernização”, que se faria um

(48). — PIAZZA (Walter F.), *Nova Trento*, Florianópolis, s/d., 1950. 186 p.

(49). — PIAZZA (Walter F.), O italiano e a sua contribuição à agricultura em Santa Catarina. *Boletim Paranaense de Geografia*, Curitiba, 8-9: 23-49. fev. 1963.

(50). — JAMUNDÁ (Theobaldo Costa), *Interpretação regional do município de Rodeio*. Florianópolis, Escola Industrial, 1948. 84p.

(51). — PIAZZA, *Nova Trento*.

(52). — MARZANO, *cit.*

FERREIRA (Des. Vieira), *Azambuja e Urussanga*. Niterói, Diário Oficial 1939. 109p.

DALL'ALBA (João Leonir), *Pioneiros nas terras do Conde; história de Orleans*, I. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1971. 211p, e *O Vale do Braço do Norte*. Orleans, Edição do autor, 1973. 429 p.

(53). — PIAZZA, *Atlas histórico de Santa Catarina*, *cit.*

melhor enfoque se tivéssemos interesse em prolongar tal estudo até os dias presentes. Entretanto, isso já faria convergir para problemas mais complexos, porquanto ter-se-ia o avanço dos contingentes das colônias litorâneas ou das colônias dos vales do litoral para as encostas e até atingindo o planalto.

Assim sendo, as formas perceptíveis ou mensuráveis da contribuição de cada grupo imigratório, em conjunto, ou de cada indivíduo, isoladamente, para a “modernização” em Santa Catarina, são variadas e, nem sempre, devidamente caracterizadas.

Poder-se-á considerar os grupos imigratórios, em seu conjunto, como é o caso da contribuição italiana, com a introdução de novas culturas agrícolas, extensiva ou intensivamente, como o fizeram a partir de 1836, com a vinha, o arroz de irrigação, ou, então, a partir de 1875, com a cultura da amoreira para a criação do bicho da seda e a consequente produção da seda natural, cuja industrialização não progrediu devido à concorrência da seda artificial (54). E, da mesma forma, se poderia falar do elemento polonês, com as suas culturas agrícolas de clima frio (55).

Ou, então, dedicar-se à análise de empresários ou de líderes da “modernização”, como os três exemplos que, a seguir, se destacam.

Assim, sabendo-se que grande número de colonos situados, inicialmente, em *São Pedro de Alcântara*, migraram para outras partes da então Província, hoje Estado de Santa Catarina, como foi o caso, entre outros, de Pedro Müller — pai de Lauro Müller, futuro homem-público — que se transformou em comerciante na cidade portuária de Itajaí (56).

A este quadro, ajuntar-se-iam, de início, alguns exemplos de empresários oriundos de áreas urbanas, como Benjamin Gallotti (senior), vindo de Nápoles, em demanda à Argentina, fixa-se, em 1873, na freguesia de São Sebastião do Tijucas, então “boca-de-sertão”, do ubérrimo vale do rio Tijucas, alí se estabelece como comerciante, depois exportador e armador, além de empresário — pai do Senador Francisco Benjamin Gallotti e do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Gallotti (57).

(54). — PIAZZA, O italiano e a sua contribuição à agricultura em Santa Catarina, *cit.*

(55). — PIAZZA, *Atlas histórico de Santa Catarina*, *cit.*

(56). — MEIRINHO (Jalí) & JAMUNDA (Theobaldo Costa), *Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina*. v. 1. Florianópolis, EDEME, 1972. p. 13.

(57). — SILVA (Zedar Perfeito da.), *Perfis de alguns catarinenses ilustres*, v. 1. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1948. p. 81-101.

Outro caso, de imigrante de área urbana, trazendo experiência bancária, chegava ao Brasil, em 1882, Carlos Renaux, aportando ao Rio de Janeiro, passou a Warnow, no então município de Blumenau (hoje parte do município de Indaial), trabalhando em casa comercial e daí foi para Brusque, onde geriu uma casa comercial e, em 1890, estabeleceu-se por conta própria, passando à indústria de tecidos, que ali implantou, pioneiramente (58).

É o caso, também, de Ermembergo Pelizzetti, natural da Província de Mântua, que trabalhou em Milão no comércio e serviu em Roma na *Legione Allievi Reali Carabinieri*, passando-se, em seguida, depois da baixa do serviço militar, ao Rio de Janeiro, em 1896, indo, em 1901, trabalhar na Estação Agronômica do Rio dos Cedros, em Santa Catarina, transferindo-se depois para Bela Aliança, hoje Rio do Sul, quando desenvolveu intensa atividade de “modernização” da agricultura, de várias maneiras e ativamente (59), especialmente, com a utilização de “domingueiras agrícolas” (esclarecimento técnico aos agricultores), que é uma técnica de mudança cultural orientada.

Outros exemplos poderiam ser alinhados, aqui, entretanto, só se fará com muita pesquisa e a devida análise dos elementos coletados.

*

4. — CONCLUSÃO.

Em conclusão, não se pode, categoricamente, dizer que a imigração européia — alemã, italiana, francesa, ou de qualquer outra nacionalidade — trouxe contribuição à “modernização” da então Província, hoje Estado de Santa Catarina.

Alguns exemplos, aqui transcritos, indicam pela positividade da ação “modernizadora”, o que, entretanto, só será reconhecido com um trabalho pertinaz de análise de um conjunto de dados, em parte ainda não reconhecidos, como fruto de pesquisas orientadas e criteriosas, como a origem (rural ou urbana), a atividade profissional exercida na pátria de origem, e, ainda, na medida do possível, a reconstituição da mentalidade que era portador, no momento da imigração.

Com estes dados, devidamente analisados e criteriosamente estudados, poder-se-á, então, enfaticamente dizer se houve ou não contribuição do imigrante para a “modernização” da então Província de Santa Catarina.

(58). — SILVA, *Perfis de alguns catarinenses ilustres*, p. 73-80.

(59). — PELLIZZETTI (Beatriz), Os papéis de Giovanni Rossi no arquivo Ermembergo Pellizzetti. In: *Arquivos para a História do Brasil Meridional*. Boletim nº 14, Curitiba, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História, 1971. p. 5-6.

* * *

*

5. — BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

1. — BLACK (C. E.), *Dinâmica da modernização*. Rio de Janeiro, APEC, 1971. 201 p.
2. — BOITEUX (Henrique), O Falanstério do Saí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis, 12: 47-90, 1º sem. 1944.
3. — BOITEUX (José Artur), *Dicionário Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Rio de Janeiro — Florianópolis, Azevedo Irmãos. Imprensa Oficial do Estado, 1915 — 1940. 3 v.
4. — BOITEUX (Lucas Alexandre), *A primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis, Departamento de Estatística e Publicidade, 1939. 65 p
5. — CABRAL (Oswaldo R.), *Brusque; subsídios para a história de uma colônia nos tempos do Império*. Sociedade Amigos de Brusque, 1958. 327 p.
6. — CAMPOS (Pedro Moacyr), *Imagens do Brasil no velho mundo*. In: HOLANDA (Sérgio Buarque de), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1970. 2 (1): 40-63.
7. — DALL'ALBA (João Leonir), *Pioneiros nas terras do Conde; história de Orleans*, I. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1971. 221 p.
8. — DALMASSO (Etienne), *La population*. In: *Tradition et changement en Toscane*. Paris, A. Colin, 1970, p. 7-32.
9. — DAUMARD (A.), *L'évolution des structures sociales en France à l'époque de l'industrialisation (1815-1914)*. *Revue historique*. Paris, Conseil Nationale des Recherches Scientifiques e 6e. Section de l'École des Hautes Etudes, 502: 325-346, avr/ juin 1972.
10. — FERREIRA (Des. Vieira), *Azambuja e Urussanga*. Niterói. Diário Oficial 1939. 109 p.
11. — FICKER (Carlos), *História de Joinville*. Joinville, Impressora Ipiranga, 1965. 447 p.
12. — FRANCO (Maria Sylvia de Carvalho), *Sobre o conceito de tradição*. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5: 9-40, jun. 1972.
13. — HAUSER (Henri), MAURAIN (Jean), BENAERTS (Pierre) e L'HUILIER (Fernand), *Du libéralisme à l'impérialisme (1860-1878)*. Paris, Presses Universitaires de France, 1952. 677 p. (col. "Peuples et civilisations", dirigée par Louis Halphen e Phillippe Sagnac, v. 17).
14. — HERING (Ingo), *Indústrias; desenvolvimento da indústria blumenauense*. In: *Album do Centenário de Blumenau*, Blumenau, 1950. p 161-188.

15. — JAMUNDÁ (T. C.), *Interpretação regional do município de Rodeio*. Florianópolis, Escola Industrial, 1948. 84 p.
16. — JAMUNDÁ (Theobaldo Costa), *Um alemão brasileiríssimo: o dr. Blumenau*. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1966. 115 p.
17. — JENSEN (Guilherme et alii), Exportação e importação. In: *Album do Centenário de Blumenau*. Blumenau, 1950. p. 210-221.
18. — MACHADO (Brasil Pinheiro), Modernização; uma abordagem histórica. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série. 5: 102-112. jun. 1972.
19. — MARTINS (José de Souza), Frente pioneira; contribuição para uma caracterização sociológica. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série. 5: 102-112. jun. 1972.
20. — MARZANO (Pe. Luigi), *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*. Firenze, Tipografia Barbera, 1904. 335 p.
21. — MATTOS (Jacinto A. de), *Colonização do Estado de Santa Catarina; dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis, Tip. "O Dia", 1917. 241 p.
22. — MEDINA (Carlos Alberto), Modernização e a marginalização das populações, *Cadernos*, São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5: 85-91. jun. 1972.
23. — MEIRINHO (Jafé) & JAMUNDÁ (Theobaldo Costa), *Nomes que ajudaram a fazer Santa Catarina*. v. 1. Florianópolis, EDEME, 1972. 108 p.
24. — OBERACKER Jr. (Carlos H.), A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: *HOLANDA (Sérgio Buarque de), História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1969. 2 (3): 220-244.
25. — PELLIZZETTI (Beatriz), Os papéis de Giovanni Rossi no arquivo Ermembergo Pellizzetti. In: *Arquivos para a História do Brasil meridional*, Boletim nº 14, Curitiba, Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, Departamento de História, 1971. 50 p.
26. — PLAZZA (Walter F.), *Nova Trento*. Florianópolis, s/ed., 1950. 186p.
27. — —, O italiano e a sua contribuição para a agricultura em Santa Catarina. *Boletim Paranaense de Geografia*, Curitiba. 8-9: 23-49. fev. 1963.
28. — —, Aspectos históricos. In: *Estudo preliminar da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí*. Florianópolis, ETAPA, v. 1, 1970. p. 1.23.
29. — —, *Atlas histórico de Santa Catarina*. 2. ed. Florianópolis, Plano Nacional de Educação, 1971. 65 p.
30. — —, Fourierismo em Santa Catarina. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau 13 (4): 63-66. abr. 1972.
31. — ROSTOW (Walt W.), *Etapas do desenvolvimento econômico; um manifesto não-comunista*. 2, ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. 191 p.

32. — SCHNEIDER (Adolfo Bernardo), A história da fundação de Joinville. *Boletim Stein*, Joinville, separata, 1965. 26 p.
33. — SILVA (José Ferreira da), História de Blumenau. In: *Album do Centenário de Blumenau*, Blumenau, 1950. p. 5-81.
34. — —, Cervejarias de Blumenau. *Blumenau em cadernos*, 3 (9): 161-170. set. 1960.
35. — —, *História de Blumenau*. Florianópolis, EDEME, 1972, 381 p.
36. — SILVA (Zedar Perfeito da), *Perfis de alguns catarinenses ilustres*. v. 1. Rio de Janeiro, *Jornal do Comércio*, 1948. 206 p.
37. — VAN LEDE (Carlos), *De la colonisation au Brésil*. Bruxelles, Lib. Polytechnique, 1845. 427 p.